

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



Os Livros Selados: – sua história e evolução

Temas a Abordar

I – Introdução

II – Como nasceram

III – Como evoluíram

IV – O Presente e o Futuro

Orador: - António José Alves da Silva (Roc/Contabilista)

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



I – Introdução

- Irei propor uma visita à história dos livros obrigatórios dos comerciantes, as suas vicissitudes e necessidade de selagem, i.e., uma visita ao passado, ao presente e irei perspectivar o futuro

VII Encontro da História da Contabilidade

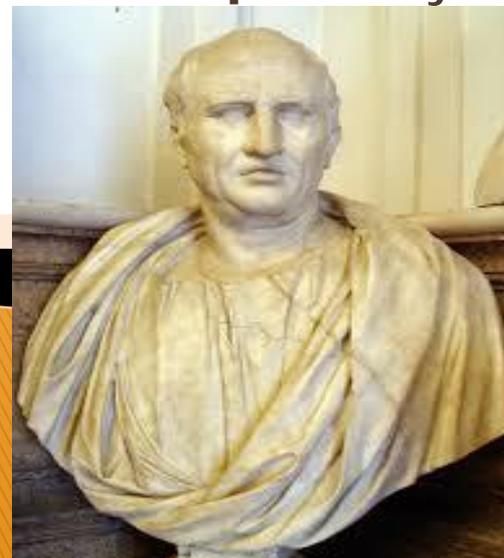
Tema 4



I – Introdução

□ Das orações de Cícero:

“Os livros são os depositários da boa-fé, da religião, da consciência e da reputação dos comerciantes”!



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



II – Como Nasceram

- ❑ Os chamados Livros “Selados” - (Livros Obrigatórios) nasceram com o nosso Código Comercial, aprovado por Carta de Lei de 28 de Junho de 1888.
- ❑ Reinava em Portugal o Rei D. Luís.
- ❑ Assim o artigo 31º do Código Comercial (que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1889) exigia os seguintes Livros:
 - 1) Inventário e Balanços;
 - 2) Diário;
 - 3) Razão;
 - 4) Copiador de correspondência;
 - 5) Actas.



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

□ Mais tarde, pelo Decreto-Lei 27.153 de 31 de Outubro de 1936, passaram a ser obrigatórios, para as Sociedades Anónimas, além dos referidos, mais os seguintes Livros:

- 1) Balancetes do Razão;
- 2) Balancetes de Contas Correntes;
- 3) Livro de **Desenvolvimento das Contas Colectivas;**
- 4) **Registo das Folhas Diárias de Apuros das Vendas a Dinheiro;**
- 5) Livro de Resultados do Exercício.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DOS LIVROS DE ACTAS

-  Ainda para as Sociedades Anónimas: - Era obrigatório para este tipo de sociedades a escrituração do livro designado “balancete de Contas Correntes”.
- Por conta corrente deverá entender-se toda a conta que releva contabilisticamente relações de débito ou crédito com terceiros (exigência nos termos do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 27.153, de 31 de Outubro de 1936).
-  Se fosse hoje, em SNC, essa exigência abrangia as seguintes contas:
 - a) 21 – Clientes;
 - b) 22 – Fornecedores;
 - c) 23 - Pessoal
 - d) 24 – Estado e Outros entes públicos;
 - e) 25 – Financiamentos Obtidos;
 - f) 26 – Accionistas;
 - g) 27 – Outras Contas a Pagar e a Receber



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DOS LIVROS DE ACTAS

- ❑ Então o que eram as contas colectivas”?
- ❑ Pois bem, este Decreto-lei de 1936, no seu artigo 13.º referia o que se deveria entender por “contas colectivas” do razão, que correspondem aos “outros devedores e outros credores”.



❑ “As contas colectivas do razão devem ser sempre desenvolvidas em livros auxiliares, bem como a conta de resultados do exercício”.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

- ❑ A “saga” da sua obrigatoriedade, legalização e selagem foi um processo que durou cerca de 120 anos.
- ❑ Em França, ainda se fala na informatização dos livros obrigatórios...
- ❑ Mas em Portugal, os livros selados acabaram com a publicação do Decreto-lei n.º **76.º-A/2006, de 29 de Março**
- ❑ Será que estamos mais evoluídos?

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

REFLEXÕES

- ❑ Alguma vez os “livros” serviram o seu propósito de atribuir confiança impossibilitando a falsificação da escrita?
- ❑ Alguma vez contribuíram para o correcto apuramento da situação patrimonial?
- ❑ Alguma vez deram respostas às necessidades de informação da gestão?

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

2 Histórias Elucidativas

- ❑ A “proliferação” das “contas-correntes”, nomeadamente ao nível dos “outros devedores e credores”, nomeadamente como forma de “desnatar uma percentagem das vendas”;
- ❑ A duplicação dos lançamentos do “caixa”: - o mesmo documento lançado duas vezes em anos distintos.



- ❑ Será que os livros cumpriam **a sua função de atribuir certeza e segurança**, ou somente eram uma forma de, em termos aparentes, esta estar garantida?

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS



- ❑ Os termos de abertura e encerramento começaram por ser executados pelo Juiz Presidente do Tribunal do Comércio da área da sede do Comerciante.
- ❑ Com a extinção dos Juízos de Comércio, veio o Estatuto Judiciário atribuir tais funções ao Magistrado do Ministério Público que exercia funções no Síndico das Falências
- ❑ Seguidamente revogou-se a alínea m) do artigo 73.º do Estatuto Judiciário, fazendo cessar a competência para a legalização dos livros pelos magistrados do Ministério Público



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS



- ❑ Vindo a culminar, após um breve vazio legal, (Julho de 1993 a Agosto de 1994), de tal competência ser transferida novamente para as Conservatórias do Registo Comercial, pelo Decreto-Lei n.º 216/94, de 2 de Agosto – aditando o artigo 112.º-A do Código do Registo Comercial e, depois, legislação complementar do Ministério de Finanças.
- ❑ “Base legal”: - Circular n.º 6/94, da TGIS e n.º 2 do artigo 98.º do CIRC (redacção à data)

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS – (Síntese)

- ❑ O DL 216/94, de 2 de Agosto atribuiu competência às Conservatórias do Registo Comercial para a legalização dos livros obrigatórios dos comerciantes (incluindo os livros de actas), apondo o termo de abertura e de encerramento (quando o livro acabava ou a sociedade se liquidava e extinguia).
- ❑ A legalização deveria ser precedida do pagamento do imposto do selo
- ❑ Todavia, o Decreto-lei n.º 257/96, de 2 de Agosto, alterou o artigo 32.º do Código Comercial, permitindo a legalização de livros já escriturados, desde que, além do Imposto do Selo devido, fosse igualmente paga a coima devida.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS – (Síntese)

- ❑ Em instruções dada à Fiscalização com apoio no Ofício-Circular G3/64, entre outras situações dizia-se: - “se a escrita se encontrar organizada com observância dos requisitos exigidos pela lei comercial (livros selados em dia) e fiscal (no que respeita ao pagamento do Imposto do Selo).....
- ❑ O Fisco, em certa altura, elaborou um guia “Guia da Fiscalização da Contribuição Industrial”, a lembrar **que seja verificado o** cumprimento relativamente à obrigatoriedade de preenchimento dos livros e a sua selagem.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS

□ Pelo Ofício-Circulado n.º C-8/96, de 27/7 da DGCI atribui-se especial atenção ao preenchimento dos livros selados, referindo o seguinte quanto à contabilidade:

□  “A contabilidade cujos livros se encontrem selados mas não autenticados (i.e., **sem termo de abertura e encerramento** não é considerada devidamente organizada”.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS

- ❑  Concordarei para efeitos fiscais, já que para efeitos jurídicos, a escrituração nos livros só se considera válida após o termo de abertura.
- ❑ É, aliás curiosa a posição da AT na sua instrução administrativa: - no âmbito de acções de inspecção e dentro das competências decorrentes da sua **acção fiscalizadora, a um determinado contribuinte e técnico de contas, verificaram não existir qualquer espécie de escrita!**

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DA LEGALIZAÇÃO DOS LIVROS

- ❑ **Nota 1:** - Eu próprio vi e analisei uma declaração cujo suporte consistia em fita de máquina com a soma totalizadora de cada rubrica de despesa (ou campo da declaração)!
- ❑ **Nota 2:** - E, em Junho de 1983, o “Fisco” fez-se cobrar da importância de 2 contos e quinhentos a uma sociedade anónima com fundamento no facto de tal sociedade não “ter livros selados obrigatórios “balancetes e razão”!

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

- ❑ Finalmente através da Circular n.º 11/91 de 19 de Maio, os chamados “Livros Selados” passaram a poder ser substituídos pelos chamados “Livros Selados de Folhas Destacáveis”.
- ❑ 60 páginas se destinados ao Diário ou ao Razão
- ❑ 40 páginas se destinar a escriturar o **inventário e os Balanços**

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DOS LIVROS DE ACTAS

-  Os Livros de actas mais comuns são:
 - a) Livro de Actas da Assembleia Geral;
 - b) Livro de Actas do Conselho de Administração;
 - c) Livro de Actas do Conselho Fiscal;
 - d) Livro de Actas do Comissão de Vencimentos;
 - e) Livro de Actas da Assembleia de Obrigacionistas.

□ No modelo organizativo “alemão”, surgem **ainda os livros de actas da Comissão de Auditoria e do Conselho Geral e de Supervisão**

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

A “SAGA” DOS LIVROS DE ACTAS

- ❑  Deixou-se de fazer a legalização (termo de abertura e encerramento) nas Conservatórias e depois também junto das Repartição de Finanças.
- ❑ A “legalização” passou a ser responsabilidade do presidente de cada órgão social;
- ❑ Nas sociedades por quotas existe o livro **das reuniões** dos sócios (quando reunidos em Assembleia Geral)

VII Encontro da História da Contabilidade

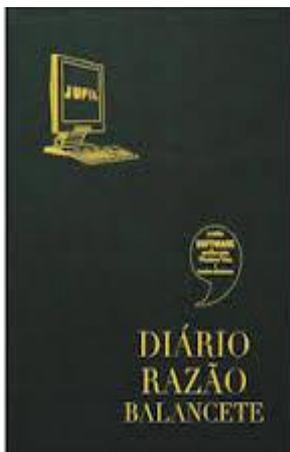
Tema 4



III – Como Evoluíram

Livro: “O Balancete do Razão”

-  Reunia a relação da totalidade das contas, de forma a permitir verificar a igualdade de todos os débitos e créditos, e dos saldos devedores e credores.



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram

Falsidade das Contas

□  “Dá-se a viciação ou a falsificação da escrita sempre que se introduzem nela lançamentos inexactos e se omitem, propositadamente outros, tendentes a modificar a sua verdadeira posição”, cfr 1. Juízo da Comarca do Porto – Acórdão de 16/7/1964.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



III – Como Evoluíram A “SAGA” DOS LIVROS DE ACTAS

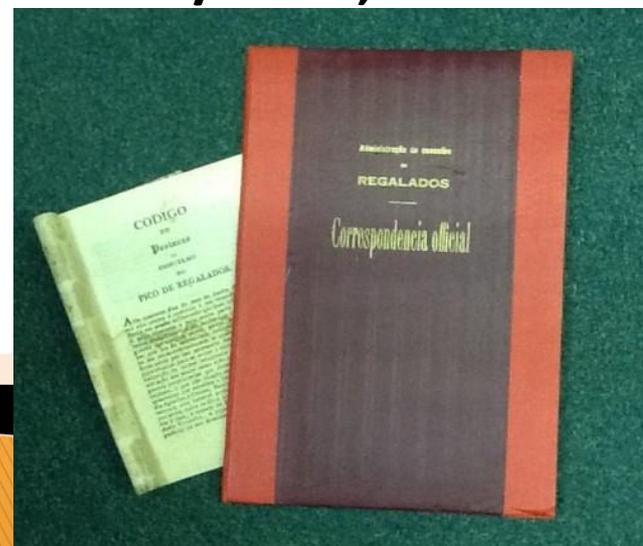
❑ ➡ O “copiador” da correspondência emitida e recebida (somente revogado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março)!:

- ❑ Como era?
- ❑ O que se pretendia
- ❑ Base Legal
 - ❑ Artigo 36.º do Cod. Com.

❑ Função do Copiador:



“O copiador servirá para nele se trasladarem, à mão ou à máquina, na íntegra e cronológica e sucessivamente, toda a correspondência e telegramas que o comerciante expedir



VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



IV – O Presente e o Futuro

- ❑ Actualmente todos os sistemas do passado nos parecem obsoletos.
- ❑ Hoje em dia, com recurso às novas tecnologias, funciona o sistema informático conforme disposições seguintes:
 - ❑ 1) Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e de Assinatura Digital:
 - ❑- Decreto-Lei 290-D/1999 de 2 de Agosto.
 - ❑- Portaria 597/2009 de 4 de Junho.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



IV – O Presente e o Futuro

□ Actualmente funciona o sistema informático conforme disposições seguintes:

□2) Organização da Contabilidade com Recursos a Meios Informáticos:

Ficheiro Contabilístico – SAFT – T – Portaria 321–A/2007 de 26 de Março: – Estabelece que todos os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e que organizem a sua contabilidade com recurso a meios informáticos ficam obrigados a **produzir um ficheiro, de acordo com a estrutura de dados divulgada em anexo a portaria e sempre que solicitado pelos serviços de inspeção, no âmbito das suas competências.**

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



IV – O Presente e o Futuro

□2) Organização da Contabilidade com Recursos a Meios Informáticos:

a) O disposto na Portaria n.º 321-A/2007 aplica-se, relativamente aos sistemas de faturação, às operações efetuadas a partir do dia 1 de janeiro de 2008 e, relativamente aos sistemas de contabilidade, aos registos correspondentes aos exercícios de 2008 e seguintes;

b) Todos os programas **certificados têm de exportar o ficheiro XML de SAF-T(PT)** para efeitos de validação de **assinaturas**, pelo que os contribuintes de IRC e IRS que utilizem programas certificados são obrigados a exportar o referido ficheiro relativo à faturação.

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



IV – O Presente e o Futuro

□ Actualmente a organização da Contabilidade com Recursos a Meios Informáticos, já foi objecto das seguintes alterações:

- a) A Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro, procedeu à 1ª alteração ao anexo da Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, com efeitos a 01.01.2010, e estabelecer uma nova estrutura de dados e correspondente ficheiro XSD.
- b) A Portaria n.º 160/2013, de 23 de abril, procedeu à 2ª alteração ao anexo da Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, com efeitos a 01.07.2013, e estabelecer uma nova estrutura de dados e correspondente ficheiro XSD.
- c) A Portaria n.º 274/2013, de 21 de agosto, procedeu à 3ª alteração ao anexo da Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, com efeitos a 01.10.2013, e estabelecer uma nova estrutura de dados

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



IV – O Presente e o Futuro

- ❑ Haverá sempre necessidade de se verificar a exactidão e não adulteração da escrita;
- ❑ Acabaram os livros selados, mas temos controlos informáticos (SAF-PT), controlos cruzados, reporte de bens transportados e facturação emitida, a IES, a DMR, a nova declaração para os inventários...
- ❑ A “saga” continua....

VII Encontro da História da Contabilidade

Tema 4



Os “Livros Selados” sua História e Evolução



FIM da Apresentação



Os meus agradecimentos!

Orador: - António José Alves da Silva (Roc/Contabilista)